



## LETRAMENTO RACIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE ARAGUAÍNA

**LIMA**<sup>1</sup>, Elizabete Barros de Sousa; **VENÂNCIO**<sup>2</sup>, Sariza Oliveira Caetano; **SILVA**<sup>3</sup>, Diêgo Araujo; **SILVA**<sup>4</sup>, Ruthiely Ribeiro; **SILVA**<sup>5</sup>, Manoel Barbosa da

### RESUMO

O Brasil é um país em que o racismo perdura na estrutura da sociedade. Os caminhos para mudar essa situação nascem na educação. Reconhecendo a problemática e a função da Universidade na prática social, criou-se o projeto Letramento Racial nas Escolas de Ensino Médio de Araguaína. Com ações diretas nas escolas, desenvolveu-se palestra e oficina com a finalidade de esclarecer equívocos e preconceitos arraigados nos educadores. Para melhor transferir esse saber, apresentou-se práticas as quais os educadores poderiam utilizar em suas aulas. Dessa forma, o projeto buscou contribuir com a formação social local por meio da educação.

**Palavras-chave:** Letramento Racial. Educação. Cotas.

### I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O Decreto no 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, estabelece a reserva de vagas no ensino superior para estudantes oriundos de escola pública. Do percentual mínimo a ser executado por cada universidade, temos a reserva destinada a candidatos negros (pretos e pardos) e indígenas, conforme cálculo percentual a partir de dados populacionais divulgados pelo IBGE. A Lei de Cotas proporcionou um destaque protuberante à ascensão, principalmente da população negra, antes

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

<sup>2</sup> Professora do curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

<sup>3</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT).

<sup>4</sup> Graduanda do curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

<sup>5</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT).



impossibilitada de acesso devido a toda indumentária histórica de cerceamento de direitos de acesso aos espaços escolares, notadamente o universitário. A partir de ampla discussão encabeçada pelo Movimento Negro, junto a outras esferas da sociedade, se possibilitou a construção de ações afirmativas que possibilitassem que estudantes negros e negras pudessem ocupar os bancos de nossas universidades, a partir da 12.711/12. Dentro desse contexto, há que se considerar que há alguns caminhos que precisam ser construídos para que tenhamos uma efetividade e, sobretudo, eficácia da supracitada lei, de modo a garantir que os espaços sejam preenchidos por quem a ela é de direito. Ações que promovam um letramento racial nas escolas de ensino médio – notadamente em processos preparatórios para entrada nas universidades – faz-se necessárias na medida em que a discussão se centra sobre a identificação do que é ser negro ou não negro, e como isso impacta no processo de escolha da vaga de ingresso nas instituições de ensino superior. Tal movimento perpendiculariza-se à dificuldade dos estudantes em se autodeclararem como negros, e dos estudantes não negros compreenderem que a Lei de Cotas é para garantir reparação histórica e igualdade de oportunidades para uma parcela específica da sociedade.

## II. BASE TEÓRICA

Para Nilma Lima Gomes (2005), a construção da identidade negra exige um processo gradual, multivariada, tomando como princípio as construções familiares na qual estamos inseridos e, posteriori, as construções sociais, históricas e culturais, com base nos modos de vida e produção de significados ao longo de nossas trajetórias. Os espaços a qual estamos inseridos, sejam formativos ou não, impactam, sobremaneira, em nossas percepções socioculturais. Um dos espaços a qual somos inseridos, e que impacta notadamente nossas vivências e experiências, é o espaço escolar. Para a autora:



Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2005, p. 43)

É na formação do professor, a partir dos variados movimentos internos e externos, que conseguimos reverberar a discussão de uma proposta educacional que tenha as relações étnico-raciais como ponto nevrálgico. Essa esteira predispõe caminhos necessários à construção e/ou fortalecimento de identidades a partir do escopo escolar. É notadamente a partir do professor que o lócus étnico-raciais pode e deve ser discutido, principalmente em se tratando de um contexto de educação básica.

Em análise sobre a formação de docentes no contexto de uma educação para as relações étnico-raciais, Dalila Fernandes de Negreiros (2017) apresenta a necessidade de uma educação que tenha como premissa básica uma construção de conteúdos, em princípio dedicado à História do Brasil, a partir da perspectiva negra, a partir da perspectiva daqueles que foram sujeitos ativos do processo e que, por uma epistemologia preceitual europeia, colonizadora, coloca-os à margem do processo formador. Dessa forma conseguiríamos, segundo a autora, combater, de maneira mais enfática, o racismo nas mais variadas esferas.

### III. OBJETIVOS

O projeto Letramento Racial nas escolas de Ensino Médio de Araguaína teve como base a discussão sobre História e Cultura Afro-brasileira de acordo com a Lei



11.645/2008; e, dessa forma, atuando junto aos professores das escolas, a fim de proporcionar uma formação para as relações étnico-raciais, e a partir deles promover a discussão junto aos estudantes secundaristas.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover ação de Letramento Racial nas escolas públicas de Ensino Médio de Araguaína
- Realizar rodas de conversa sobre Políticas Afirmativas no Estado Brasileiro
- Realizar discussões sobre a Lei de Cotas e sobre a temática de História e Cultura Afro-brasileira
- Construir metodologias para o ensino de cultura afro-brasileira nas escolas de Araguaína.

#### IV. METODOLOGIA

O projeto Letramento racial nas escolas de Ensino Médio de Araguaína foi destinado ao público externo à Universidade Federal do Norte do Tocantins, sendo eles integrantes da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Como a Universidade está localizada na cidade de Araguaína, esperava-se abranger esta localidade. Por sua vez, em vista de o primeiro encontro ser online, tivemos públicos de várias cidades do Norte do Tocantins e algumas do Sul do Maranhão. Esse primeiro momento, o qual se formalizou por meio de palestra com professora Mirian Santos da Unifesspa, foi dedicado à discussão acerca das Relações Étnico-Raciais e seus impactos na educação. Esse público era composto pelos diretores e pelas diretoras das escolas públicas.

O seguimento do projeto deu-se dentro das grades da escola. Foi escolhida uma escola na cidade de Araguaína e ofereceu a ela palestra acerca das Relações Étnico-Raciais, bem como dedicou-se a discutir com os professores maneiras de se trabalhar a inclusão – seja em práticas de ensino, seja no trato com os sujeitos do ambiente educacional.



Para além do público externo, o grupo realizador do projeto (Duas professoras da Universidade, um técnico, um estudante de doutorado e professor de escola pública, e uma estudante da graduação) realizou encontros para pensar metodologias educativas inclusivas e o norteamento do projeto.

## V. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de o projeto Letramento Racial nas Escolas de Ensino Médio de Araguaína trazer desafios para a sua resolução, ele foi de suma importância para a qualificação profissional dos docentes da Secretaria de educação do estado do Tocantins. Em um primeiro momento, porque proporcionou o diálogo sobre assunto considerado problemático para muitas pessoas: parcela de docentes acredita que falar de políticas afirmativas e sua execução pressupõe a retirada de direitos dos brancos. Ao sanar tal equívoco, o projeto já soma positivamente. Por outro lado, o conhecimento e as possíveis práticas apresentadas aos docentes sobre o exercício educacional inclusivo, mesmo que de maneira tímida, ao ser executada, contribui com a transformação social que sonhamos, ou seja, de práticas sociais mais democráticas. Também, na primeira reunião com as secretarias educacionais, na figura de seus diretores, relatou-se a necessidade de projetos de letramento racial em todas escolas; assim, este projeto pode ser apenas o pioneiro, incentivando outros grupos a seguir essa prática.

## VI. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda encontramos muitas barreiras para termos acesso aos ambientes educacionais. O pouco tempo que os professores têm para participar de reuniões de qualificação foi um dos maiores problemas que enfrentamos, pois o calendário das palestras teve que ser modificado várias vezes, bem como não conseguimos levar



tudo que almejávamos apresentar aos docentes. Porém, o material apresentado foi de extrema relevância para a reflexão dos educadores.

Projetos dessa natureza são fundamentais para o desenvolvimento social. Apesar dos desafios, que já estávamos cientes, as discussões produzidas impactaram bastante todos os envolvidos nas ações, que trouxeram como devolutiva a reafirmação da importância da capacitação de educadores sobre Relações Étnico-Raciais na educação. Tal demanda justifica-se pelo pouco conhecimento dos educadores acerca de metodologias educacionais que possibilitem a inclusão de pessoas negras. Dessa forma, ressaltamos a necessidade de permanência de projetos dessa natureza, pois ansiamos por uma sociedade mais justa e igualitária.

## VII. REFERÊNCIAS

AZEVEDO T. de. **A democracia racial**: mito e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1975. 107p.

CARDOSO, Maria Divina Martins. **A questão do racismo em Araguaína-TO**: uma discussão social e política (1990-2007) / (Trabalho de Conclusão de Curso) Araguaína, TO: 2007. 32 f.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial**: Portugal e Brasil-Colônia. 2ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1988. 287p. Centro de estudos das relações de trabalho e desigualdades. Políticas de promoção da igualdade racial na educação: São Paulo, 2003. 74p.

DIAS, Gleidson Renato Martins e TAVARES JÚNIOR, Paulo Roberto Faber (Org.) **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS, 2018. 267p.

FRENETTE, Marco. **Preto e branco**: a importância da cor da pele. São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2000. 118 p.



GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. 2005. Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/alguns-terminos-e-conceitospresentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao,baf17c8d-1b72-46fca3b7-fdab0bf2a748>

NEGREIROS, Dalila Fernandes de. Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017. Disponível em <https://books.scielo.org/id/jvcnv/pdf/negreiros-9788568576946.pdf>

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e autoconceito**: identidade e interação na sala de aula. Campinas: Papirus, 1994. 119p.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. 14. ed. - São Paulo, SP : Brasiliense, 1991. 82 p. Souza, Irene Sales de. Os educadores e as relações interétnicas: pais e mestres. Franca: Unesp, 2001. 165p.

## VIII. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro na UFNT, ofertando bolsa a uma discente e taxa de bancada para compra de materiais essenciais. Portanto, fica nosso enorme agradecimento à universidade pela oportunidade.